



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**PROJETO BÁSICO Nº 44/2021 - PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES**

**1 - INTRODUÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, I e §§ 6º e 9º, ambos da Lei 8.666/93, elaboramos o presente Projeto Básico, por inexigibilidade de licitação, com base na Decisão Plenária n. 439/98 do Tribunal de Contas da União.

**2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO**

Contratação de especialista para a realização de Palestra no evento Conexão 21 edição especial com o tema "Auto gestão: a importância nas relações de trabalho e da vida", conforme planejamento disponível no Processo 0001956-57.2021.6.22.8000, evento [0730482](#).

A palestra será interativa e virtual com transmissão ao vivo pela plataforma Zoom, no dia 24 de setembro de 2021, das 14h às 17h, com carga horária de 3 horas. O evento será aberto a todos os servidores da secretaria do TRE e cartórios da Capital e do interior do estado.

**Dados do palestrante**

Nome: Ivan Augusto Daguani Guarache Leonardo

CPF: 048.060.436-30

Endereço: Av Governador Jorge Teixeira, 3137, Liberdade,  
Porto Velho

Contato: Ivan Guarache

E-mail: psipvh@gmail.com



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tel: (69) 98116-3500

Dados Bancários: Banco do Brasil agência 2290-0, conta corrente: 62964-2

**2.2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

Os temas a serem abordados estão indicados no Evento SEI [0731696](#)

**2.3. PÚBLICO-ALVO**

Servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

**3 - JUSTIFICATIVA:**

**3.1. Da Necessidade:**

A contratação foi autorizada por meio do despacho 321 ([0737912](#)).

A palestra faz parte da programação do evento Conexão 21 especial e visa atender demandas necessárias à responsabilidade social de nosso TRE-RO e promover a integração dos servidores e familiarização de todos com os temas transversais atinentes ao Poder Judiciário com finalidade de despertar a prática de valores compatíveis com os valores institucionais descritos no Planejamento Estratégico Institucional do TRE-RO.

**3.2. Da inexigibilidade de Licitação:**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A inexigibilidade de licitação se respalda no **Acórdão 439/1998 – Plenário**, do Tribunal de Contas da União, que assim decidiu:

*“Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem assim a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993”.*

### 3.2.1. Da singularidade do serviço:

A palestra "Auto gestão: a importância nas relações de trabalho e da vida" versa sobre conteúdo específico sobre as interações pessoais tanto no trabalho como fora dele onde a aplicação dos conceitos nela envolvidos dependerá da cultura organizacional, da reação dos participantes aos conteúdos apresentados, do momento e das características pessoais, da interação entre palestrante e servidores. A intervenção pessoal da palestrante é determinante para a obtenção dos resultados esperados. Tem-se como premissa em casos como esses que o objeto é de natureza **singular**, posto não ser repetível e os resultados obtidos com a sua contratação estão amplamente sujeitos às variáveis do ambiente.

### 3.2.2. Da escolha do notório especialista:

Para a execução do presente objeto, optou-se pelo palestrante **Ivan Augusto Daguaní Guarache Leonardo**, cuja formação e qualificações estão descritas em seu currículo (Evento [0734726](#)). Sua experiência como instrutor em eventos de treinamentos na área psicológica e comportamental o qualificam como **notório especialista** na matéria. . Nessa conformidade, considerando que a escolha, segundo o teor do §1º, do art. 25, insere-se no campo da discricionariedade, entende-se que o escolhido reúne todas as condições e atributos que permitem inferir que o mesmo é o mais adequado à plena satisfação dos objetivos colimados.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**3.3. DO ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS** – A capacitação contribui para a consecução do objetivo estratégico: **aperfeiçoamento da gestão de pessoas**, conforme disposto no Planejamento Estratégico em vigor

## **4 – DO VALOR**

O valor a ser contratado é de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

Dispõe o art. 15, inciso V, da Lei 8.666/93, que as compras, sempre que possível, deverão balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública. Determina, ainda, o art. 43, inciso IV, dessa lei, que os preços da proposta vencedora deverão estar de acordo com aqueles praticados pelo mercado.

Para comprovação de compatibilidade do valor proposto com os praticados no mercado, foram analisados e comparados algumas contratações de outros órgão públicos, registradas nos eventos [0737243](#), [0737244](#) e [0695446](#), cujos valores resultaram em uma média de **R\$ 2.664,76 (dois mil e seiscentos e sessenta e quatro reais e setenta e seis centavos) por hora de treinamento**, visto não ter sido localizado os preços praticados pela proponente em atuação em outros órgãos. Sendo o valor proposto pelo contratado equivalente a **R\$ 1.833,33 por hora de treinamento** considerado **compatível** com o praticado no mercado.

## **5 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

CATEGORIA	Ordinário
AGREGADOR	Integração e Capacitação dos Servidores
DESPESA AGREGADA	Contratação de empresas na área de treinamento, conforme Plano Anual de Capacitação
PLANO INTERNO	RO CAPPAC
VALOR	R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)

## **6- DO PAGAMENTO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A Contratante efetuará o pagamento, após o encerramento da capacitação, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal, devidamente atestada pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento deste TRE/RO, aplicadas as retenções legais.

## **7- DO CONTRATO**

I - O Contrato será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

II - Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

III - A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela adjudicatária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela adjudicatária.

IV - A adjudicatária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

V - Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução pela adjudicatária.

VI - O descumprimento injustificado pela adjudicatária das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 62, § 2º c/c 81 da Lei n. 8.666/93).

## **8- DAS OBRIGAÇÕES DO TRE**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

São obrigações do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia:

1. Disponibilizar equipamentos e demais insumos necessários para acesso dos servidores à palestra, por se tratar de capacitação no modelo telepresencial, pela internet;
2. Definir, juntamente com o palestrante, os temas a serem abordados, horários e tecnologias a serem utilizadas;
3. Garantir a disponibilidade do público-alvo no horário definido para o evento;
4. Pagar à empresa contratada pela execução do serviço, conforme dispõe o § 3º do art. 5º da Lei n. 8666/93, até cinco dias após a o recebimento da Nota Fiscal;
5. Avaliar a qualidade do treinamento realizado;

### **9- DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA**

São obrigações da contratada:

1. Garantir a realização da palestra, conforme descrito na proposta em anexo, no dia 24/09/2021
2. Manter-se regular, desde a contratação até a data do pagamento dos serviços realizados, a documentação comprobatória de sua adimplência com a Fazenda Pública, a Seguridade Social (certidão negativa de débitos) e perante a Justiça Trabalhista;
3. Apresentar fatura referente ao serviço realizado, para fins de pagamento pelo Tribunal, no prazo de até 10 (dez) dias após a realização do serviço.

### **10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, será aplicada multa de mora à empresa contratada de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso no cumprimento das obrigações previstas no item 9, podendo o atraso superior a 02 (dois) dias ser considerado inexecução do contrato.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A aplicação das sanções obedecerá ao procedimento disciplinado pela IN TRE/RO n. 004/08, disponível no sítio eletrônico do Tribunal, com cabimento de recursos ou pedido de reconsideração.

Pela inexecução total ou parcial do serviço objeto deste Projeto Básico, a Administração poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Se a empresa contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011.

Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União. As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros.

## **11 – DAS GARANTIAS**

Em decorrência das peculiaridades do objeto não se exigirá garantias.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **12 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

A execução dos serviços deverá ocorrer em observância ao conteúdo programático nos dias 24/09/2021

### **13 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

A gestão e a fiscalização deste procedimento serão realizadas pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento – COEDE.

Os procedimentos de fiscalização ocorrem em três fases temporais:

1. Antes da execução do evento será verificada:
  - a) a confirmação do evento no prazo definido;
  - b) a regularidade fiscal da empresa.
2. Durante a execução do evento verifica-se:
  - a) a presença do instrutor;
  - b) a regularidade das aulas;
  - c) o cumprimento dos horários;
  - d) o fornecimento dos materiais;
  - e) demais itens inclusos na contratação.
3. Após a execução do evento verifica-se:
  - a) o cumprimento da carga-horária;
  - b) a avaliação do evento pelos participantes;
  - c) a emissão dos certificados;
  - d) Envio da Nota Fiscal para efetivação do pagamento.

Os demais procedimentos de gestão e fiscalização do contrato seguem as normas estabelecidas pela IN 04/2008-TRE/RO.

### **14 – DOS ANEXOS**

a) Documentação da pessoa física, comprovando a regularidade junto ao INSS, Fazenda Federal, Estadual, à Justiça Trabalhista e Justiça Estadual, (





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

eventos [0734740](#), [0734754](#), [0734756](#), [0734758](#) e [0734759](#) ), e declaração de parentesco (evento [0734761](#)) portanto, apta a contratar com a Administração Pública.

b) Proposta (evento [0731696](#)).

c) Informação conclusiva do valor estimado (evento [0737247](#))



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Silva de Oliveira, Analista Judiciário**, em 16/09/2021, às 10:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002807-96.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - COEDE.

ASSUNTO: Contratação de especialista para a realização de Palestra no evento Conexão 21 edição especial com o tema "Auto gestão: a importância nas relações de trabalho e da vida".

**PARECER JURÍDICO Nº 139 / 2021 - PRES/DG/AJDG**

**I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento - COEDE, com vistas a contratar diretamente especialista para a realização de palestra no evento Conexão 21 edição especial com o tema "Auto gestão: a importância nas relações de trabalho e da vida", de forma interativa e virtual com transmissão ao vivo pela plataforma Zoom, no dia 24 de setembro de 2021, das 14h às 17h, com carga horária de 3 horas, aberto a todos os servidores da Secretaria do TRE e cartórios da Capital e do interior do estado (0731202).

**02.** No Despacho nº 1450/2021 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0731283](#)), o titular da Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC) autoriza a



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

elaboração do estudo técnico preliminar (ETP) e do projeto básico (PB), solicitada pela referida unidade na Solicitação de Contratação 43 ([0731224](#)).

**03.** Em seguida, a unidade demandante juntou o ETP – Para Dispensas e Inexigibilidades 51 ([0737209](#)) e o Projeto Básico nº 44 /2021 – **PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES** ([0739367](#)), contendo a especificação do objeto, a justificativa, critérios de aceitação do objeto, valor, aderência ao planejamento orçamentário, forma de pagamento e de contrato, as obrigações do TRE, as obrigações da contratada, as penalidades, o prazo de execução e gestão e fiscalização.

**04.** Dimensionou-se o valor total da contratação em R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), sendo que o valor contempla 102 horas de consultoria à distância no valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

**05.** Juntou-se aos autos: Programação e proposta do palestrante ([0731696](#)), Certidão Negativa Trabalhista ([0734754](#)), Certidão Negativa de Tributos Federais ([0734756](#)) e Certidão Negativa de tributos Estaduais ([0734758](#)).

**06.** Por intermédio do Despacho nº 1632/2021 ([0739295](#)), o Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade direcionou os autos à COMAP para a análise do Termo de Referência/Projeto Básico e seus anexos, à COFC para programação orçamentária da possível despesa, e, por último, a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico, com vistas ao retorno dos autos ao Gabinete da SAOFC para a devida manifestação e prosseguimento do feito.

**07.** A Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP, unidade responsável pela avaliação do Projeto Básico, nos termos do inciso XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE/RO nº 004/2008, concluiu que o PB juntado se encontra em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I, e art. 14 da Lei nº 8.666/93, ao tempo que se manifestou, caso a Autoridade Superior aprove o Projeto Básico, pela adjudicação do objeto à empresa, mencionada, consoante Análise de Termo de Referência/ Projeto Básico nº 88/2021 ([0739375](#)).

**08.** A SPOF ([0739372](#)) procedeu a Programação Orçamentária no valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), indicando o Pré-Empenho nº 2021ND000517, para custear a despesa, oportunidade em que a unidade informou que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA).

**09.** Assim instruídos, os autos foram encaminhados a esta AJDG para emissão de parecer jurídico. **É o relatório.**

## **II– DA ANÁLISE JURÍDICA**

**10.** A Constituição Federal, no seu art. 37, inciso XXI, estabelece a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório nas contratações feitas pelo Poder Público. Todavia, o próprio comando constitucional delegou à legislação infraconstitucional a previsão de exceções à regra geral.

**11.** Não por outro motivo, a Lei nº 8.666/93 disciplinou, em conformidade com a Carta Política, as situações de dispensa (art. 24) e inexigibilidade (art. 25) do certame competitivo.

**12.** Desse modo, tratando-se de pretensão da Administração de contratar serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal - situação definida pela Lei de Licitações em seu **art. 13, inc. VI** - tem aplicação, em princípio, a inexigibilidade competitiva prevista no **inciso II do art. 25**. Veja-se:

**Art. 25.** É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I – [...]

**II** - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

[...]

**13.** Observe-se que a regra legal transcrita **não é genérica**. Pelo contrário, o legislador estabeleceu expressamente as situações específicas para as quais entendeu ser inexigível a dispensa de licitação para a contratação de serviços técnicos enumerados pelo art. 13 do Código de Licitações. Assim, cuidou de qualificar tais serviços, exigindo desses o preenchimento de dois requisitos gerais: **a) natureza singular; b) prestação por profissionais ou empresas de notória especialização**.

**14. Quanto à singularidade**, verifica-se que este requisito está demonstrado pelos elementos trazidos aos autos, visto que o serviço técnico, especificado no item 3 do PB ([0739367](#)), foi formatado para



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

atender às necessidades específicas desta Justiça Especializada, tornando-o único, incomum.

**15.** A esse propósito, veja-se a lição de **Jacoby**: “Singular é a característica do objeto que o individualiza, distingue dos demais. É a presença de um atributo incomum na espécie, diferenciador. A singularidade não está associada à noção de preços, de dimensões, de localidade, de cor ou de forma (Fernandes JU Jacoby – Contratação direta sem licitação, 7ª edição, Belo Horizonte, Fórum, 2007, p. 596).

**16.** E, de tal jaez é a posição consolidada pela Corte de Contas através da sua Súmula nº 39, *verbis*:

A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

**17.** Como registrado no acórdão acima transcrito, as decisões mais recentes do TCU caminham no sentido da demonstração - tão só - da singularidade para caracterizar a inexigibilidade competitiva para a contratação desse tipo de serviço técnico. Todavia, mesmo que assim não fosse, há nos autos comprovação da notória especialização do ministrante a ser contratado, atendendo à saciedade a exigência estatuída pelo **art. 25, § 1º, da Lei nº 8.666/93**, *verbis*:

**Art. 25.** É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

**§ 1º** Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

**18.** Referida comprovação, por sua vez, também atende à **recomendação** contida em decisões majoritárias do TCU, **todas** exigindo a demonstração de ambos os requisitos, *vg*:

**Decisão TCU n. 103/98 – Plenário:**

**1.6** - somente realize a contratação sem licitação com base na notória especialização do contratado (art. 25, II, da Lei nº 8.666/93) quando houver inviabilidade de competição entre possíveis interessados, configurando-se simultaneamente a singularidade do objeto e a notoriedade da contratada na execução do serviço específico desejado, a qual não será subcontratada, caso em que se caracterizaria a inviabilidade de competição.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**19.** Em arremate, releva transcrever ementa do voto do **Ministro Eros Grau**, proferido nos autos da **Ação Penal AP 348/SC**. Tal voto foi seguido por todos os membros do Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF:

**EMENTA:** ACÇÃO PENAL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ADVOGADOS FACE AO CAOS ADMINISTRATIVO HERDADO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL SUCEDIDA. LICITAÇÃO. ART. 37, XXI DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO CONFIGURADA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CARACTERIZADA PELA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS, COMPROVADA NOS AUTOS, ALIADA À CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO POR ELES DESFRUTADA. PREVISÃO LEGAL. A hipótese dos autos não é de dispensa de licitação, eis que não caracterizado o requisito da emergência. Caracterização de situação na qual há inviabilidade de competição e, logo, inexigibilidade de licitação. 2. "Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. (DJ 03/08/07 p.30). (**Grifou-se**).

**20.** Embora se trate de serviço que pode ser contratado diretamente, a Lei n 8.666/93 estabelece a observância de alguns **requisitos legais de caráter genérico** aplicáveis a todas as contratações diretas, quais sejam: **a)** a razão da escolha do fornecedor; **b)** a justificativa do preço. Veja-se:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

[...]

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998).

**21.** As exigências dos incisos I e IV são inaplicáveis ao caso em exame. Já a **escolha do fornecedor** e a **justificativa do preço estão demonstradas de forma satisfatória** pelas razões expostas no Projeto Básico, esclarecendo a singularidade do serviço e a vantajosidade da proposta apresentada pelo palestrante, compatível aos padrões contratados pela Administração Pública ([0739367](#)).

**22.** Por sua vez, o **Projeto Básico 44** ([0739367](#)), complementado por seus Anexos, possui, sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelo artigo 6º, inciso IX, da Lei de Licitações e Contratos, motivo pelo qual **pode ser apresentado a autoridade competente** para sua aprovação, se assim entender.

### **III – DA CONCLUSÃO**

**23.** Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela possibilidade da contratação direta do palestrante Ivan Augusto Daguani Guarache Leonardo, na medida em que está configurada a situação de inexigibilidade de licitação prevista no **art. 25, II c/c art. 13, VI**, ambos da **Lei nº 8.666/93**, e, também, fundamentada nos precedentes da Corte de Contas citados neste parecer e, notadamente, na **Súmula TCU nº 39**, porquanto demonstrou que está apto a contratar com o setor público, situação que deverá ser aferida e reafirmada no ato da contratação, inclusive com a juntada de novas certidões comprobatórias de regularidade fiscal, previdenciária, trabalhista e de inexistência de improbidade administrativa e inelegibilidade.

**24.** Por derradeiro, esta unidade jurídica analisou os aspectos jurídicos do pedido a ela submetidos, já que inábil regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO**, Assessor Jurídico, em 16/09/2021, às 20:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0002807-96.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO - COEDE.

ASSUNTO: Contratação de especialista para a realização de Palestra no evento Conexão 21 edição especial com o tema "Auto gestão: a importância nas relações de trabalho e da vida".

**DESPACHO Nº 1243 / 2021 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento - COEDE, com vistas a contratar diretamente especialista para a realização de palestra no evento Conexão 21 edição especial com o tema "Auto gestão: a importância nas relações de trabalho e da vida", de forma interativa e virtual com transmissão ao vivo pela plataforma Zoom, no dia 24 de setembro de 2021, das 14h às 17h, com carga horária de 3 horas, aberto a todos os servidores da Secretaria do TRE e cartórios da Capital e do interior do estado (0731202).

Em cumprimento ao inciso IX do artigo 6º da Lei nº 8.666/93, a unidade demandante elaborou o Estudo Técnico Preliminar contendo os elementos iniciais que integrarão o Projeto Básico para a pretensa contratação ([0737209](#)).

A proposta e a programação do curso estão devidamente descritos no evento ([0731696](#)). Quanto ao valor, dimensionou-se a contratação em R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), conforme item 4 do Projeto Básico nº 44/2021 ([0739367](#)).

Para instruir o feito, juntou-se aos autos documentação da pessoa física, comprovando a regularidade junto ao INSS, Fazenda Federal, Estadual, à Justiça Trabalhista e Justiça Estadual, (eventos [0734740](#), [0734754](#), [0734756](#), [0734758](#) e [0734759](#)), e declaração de parentesco (evento [0734761](#)) portanto, apta a contratar com a Administração Pública.

A Coordenadora da COMAP - unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência - nos termos do item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE n. 004/08, manifestou-se



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pela regularidade do Estudo Técnico Preliminar e do Projeto Básico em questão e pela adjudicação do objeto ao referido proponente ([0739375](#)).

A COFC juntou aos autos a Programação Orçamentária no valor de **R\$ 5.500,00** (cinco mil e quinhentos reais) para custear a despesa, informando a SPOF que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível com o PPA, LDO e LOA ([0739372](#)).

Assim instruídos, os autos foram encaminhados para análise da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral que opinou pela possibilidade da **contratação direta com o profissional Sr. Ivan Augusto Daguaní Guarache Leonardo**, CPF nº 048.060.436-30, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, II c/c o inciso VI do art. 13 da Lei n. 8.666/93; aprovação do Projeto Básico pela autoridade superior competente ([0739649](#)).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela aprovação tanto do ETP nº. [0732416](#) quanto do Projeto Básico 44/2021 ([0739367](#)); pela autorização da despesa, com a contratação direta da **profissional Sr. Ivan Augusto Daguaní Guarache Leonardo**, inscrito no CPF: 048.060.436-30, autorização para emissão de Nota de Empenho e publicação do ato apenas no Diário de Justiça Eletrônico - DJE ([0739746](#)).

Vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente, nos termos do bem lançado parecer jurídico n. 139 da AJDG ([0739649](#)), embora tenha sido recentemente publicada a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 (a nova Lei de Licitações e Contrato Administrativo), seu artigo 191 combinado com o art. 193 permite a utilização da Lei 8.666/93 até o decurso do prazo de dois anos após sua publicação, momento este que ocorrerá a revogação daquela lei. Neste sentido, no curso deste processo de transição serão adotadas as regras da lei antiga.

Feito o registro acima, verifica-se que o processo foi devidamente instruído e a documentação carreada aos autos preenche os requisitos técnicos e legais norteadores da matéria.

Como bem anotado pela Assessoria Jurídica, a contratação de serviços técnicos profissionais especializados, de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação definida no art. 25, II c/c o inciso VI do artigo 13 da Lei Geral de Licitações.

Observe-se que a regra legal transcrita **não é genérica**. Pelo contrário, o legislador estabeleceu expressamente as situações específicas





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

para as quais entendeu serem obrigatórias para a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos enumerados pelo art. 13 do Código de Licitações. Assim, qualificou tais serviços, exigindo desses o preenchimento de dois requisitos gerais: a) **natureza singular**; b) **prestação por profissionais ou empresas de notória especialização**.

Verifica-se que a singularidade está demonstrada pelos elementos trazidos aos autos, visto que o serviço técnico, especificado no item 3 do PB ([0739367](#)), foi formatado para atender às necessidades específicas desta Justiça Especializada, tornando-o único, incomum.

Além disso, há nos autos comprovação da **notória especialização da profissional a ser contratada** atendendo à saciedade a exigência estatuída pelo **art. 25, § 1º, da Lei nº 8.666/93**.

Ademais, a **escolha do fornecedor** e a **justificativa do preço** estão demonstradas de forma satisfatória pelas razões expostas na Informação Conclusiva sobre o valor estimado da licitação ([0737247](#)), documento anexo do Projeto Básico n. 44/2021 ([0739367](#)), esclarecendo a singularidade do serviço e a vantajosidade da proposta da contratada, compatível aos padrões contratados pela Administração Pública.

Observa-se que o evento está previsto no Plano Anual de Capacitações de 2021, cuja contratação foi autorizada por meio do despacho n. 321 ([0737912](#)). Além disso, está de acordo com o alinhamento dos objetivos estratégicos do TRE-RO, pois essa capacitação contribui para a consecução do objetivo estratégico: **aperfeiçoamento da gestão de pessoas**, conforme disposto no Planejamento Estratégico em vigor, conforme justificado pela SEDES no subitem 3.3 do Projeto Básico.

Por fim, embora se trate de serviço, considerando a forma usual de contratação desses eventos, entende-se dispensada a formalização de contrato, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93, instrumento idôneo e suficiente para regular a relação contratual, bastando o encaminhamento do Projeto Básico para ciência, o que já foi providenciado pela unidade solicitante, todavia, o instrumento enviado à empresa (PB 42) ocorreu antes da inclusão do Projeto Básico 44 aprovado pela COMAP de modo que deve-se proceder o **reenvio a profissional do projeto básico atualizado**.

Dos documentos e informações carreados aos presentes autos, resta comprovada a regularidade de todo o trâmite processual para contratação do presente objeto.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assim, **RATIFICO** a inexigibilidade reconhecida pelo Secretário da SAOFC e prevista no art. 25, II, da Lei n. 8.666/93 e, por conseguinte, com supedâneo no art. 1º inciso I, da Portaria Pres. n. 66/2018:

**1 - aprovo o ETP (0737209) e o Projeto Básico nº 44/2021 – PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES (0739367)**, porquanto possuem os elementos mínimos essenciais definidos no art. 6º, IX e alíneas, art. 7º, I e art. 14 da Lei n. 8666/93;

**2 - Aprovo o preço estimado (0737247)**, em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Portaria 101/2021/CNJ e ao Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário;

**3 - Autorizo a despesa, por inexigibilidade de licitação**, com fulcro no art. 25, inciso II c/c o inciso VI do art. 13 da Lei 8.666/93, nos termos ainda da Decisão do TCU n. 439/98-Plenário;

**4 - Adjudico o objeto ao proponente Ivan Augusto Daguaní Guarache Leonardo**, CPF nº 048.060.436-3 e **autorizo a emissão de Nota de Empenho** em seu favor, no valor total de **R\$ 5.500,00** (cinco mil e quinhentos reais); e

**5 - Determino a publicação do ato de ratificação da inexigibilidade apenas no Diário de Justiça Eletrônico - DJE**, em respeito ao princípio da publicidade.

À SAOFC para a continuidade das ações visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 21/09/2021, às 18:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.